

BJIR

Brazilian Journal of International Relations

Edição Quadrimestral | volume 2 | edição nº 1 | 2013

*Maquiavel, os Realistas e a Política
Internacional.*

Marcelo F. de Oliveira
Camilla S. Geraldello

 **Igepri**
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 **unesp**
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

MAQUIAVEL, OS REALISTAS E A POLÍTICA INTERNACIONAL

Marcelo F. de Oliveira¹;
Camilla S. Geraldello²

Resumo: Este artigo busca demonstrar como argumentos centrais da obra de Maquiavel, muitos deles aprofundados por Hobbes e demais autores realistas, foram incorporados no início do século XX como base fundadora da disciplina de Relações Internacionais. Desde então, uma gama de autores contribuiu na elaboração do modelo teórico realista da Política Internacional. O realismo predominou nas discussões teóricas da disciplina durante décadas. Cumpriu a função essencial de institucionalizar as Relações Internacionais como campo de estudo independente nas Ciências Sociais. Entretanto, como efeito colateral, “encapsulou” lições clássicas de Maquiavel em arranjos analíticos reducionistas. Limitando assim, a fecundidade do pensamento maquiavélico à análise de agendas de pesquisa na área de Relações Internacionais.

Palavras-chave: Clássicos da Política; Maquiavel e os Realistas; Política Internacional; e Teoria Realista.

Abstract: This article searches demonstrate how main arguments on Maquiavel’s work, many of them deepened by Hobbes and other realistic authors, were incorporated on the beginning of the XX century as a found basis subject of International Relation. Since then, many authors have contributed on elaborating a realistic theoretical model of International Politics. Realism predominated on the theoretical discussions of the subject for decades. It fulfilled an essential function of institutionalizing the International Relations as an independent area of study on Social Science. However, as a side effect, “encapsulated” Maquiavel’s classic lessons in analytical reductionist arranges. Narrowing this way, the thought’s fertility of the maquiavelic’s thinking to the analyses of the research’s agenda on the International Relations area.

Keywords: Classical of Politics; Maquiavel and the Realists; International Politics; and Realistic Theory.

¹ Livre Docente pela UNESP (Universidade Estadual Paulista/Campus de Marília) e Doutor em Ciência Política pela USP (Universidade de São Paulo), é Professor de Relações Internacionais da UNESP/Campus de Marília, Coordenador do Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPQ GEPRI (Instituto de Gestão Pública e Relações Internacionais – www.igepri.org) e Bolsista PQ – Nível 2 do CNPQ. Email: oliveira.marcelof@gmail.com.

² Bacharel em Relações Internacionais pela UNESP (Universidade Estadual Paulista/Campus de Marília), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e Puc-SP) e Pesquisadora do GEPRI (Instituto de Gestão Pública e Relações Internacionais – www.igepri.org). Email: camillageraldello@gmail.com.

Introdução

O artigo busca demonstrar como argumentos e conceitos elaborados por Maquiavel, muitos deles aprofundados por Hobbes, entre os séculos XVI e XVII foram apropriados, muitas vezes enviesadamente, para a construção do modelo teórico do realismo na Política Internacional na primeira metade do século XX. O modelo realista predominou nas discussões teóricas da disciplina até os anos 1980, sendo considerado, mais tarde, como marco fundador da nova disciplina de Relações Internacionais.

O desafio de construir uma nova área de conhecimento nas Ciências Sociais conduziu muitos destes autores a encapsular as lições clássicas de Maquiavel, completadas por Hobbes, em modelos teóricos analíticos reducionistas, marcadamente inspirados na “revolução científica” emergente no final do século XIX, especificamente aquela tributária da institucionalização da Sociologia na França, com Durkheim, e na Alemanha com Max Weber.

Como resultado, os autores precursores da disciplina elaboraram o modelo teórico estático autodenominado realista que cumpriu uma função adequada de dar identidade à nova ciência das Relações Internacionais. Entretanto, engessou a produção científica durante décadas em uma lógica teórica que, ao fim e ao cabo, expressa o entendimento das relações internacionais na expectativa do mundo anglo-saxão. Denotando, claramente, a articulação dos interesses materiais das potências hegemônicas de cada período (Grã Bretanha e Estados Unidos) na construção de ferramentas analíticas e teóricas na disciplina de Relações Internacionais.

A demonstração do nosso argumento ocorrerá em duas seções. Na primeira, apresentamos o raciocínio de Maquiavel, complementado por Hobbes, os quais pensaram a esfera do internacional quando da constituição do Estado moderno. Deles extraímos as premissas básicas que irão dar origem a base conceitual da construção sistêmica da teoria realista das relações internacionais no século XX. A seguir, elencamos, a luz das análises deles, as temáticas e as tendências no campo do realismo em meados do século XX, que combinadas dão suporte à reivindicação de existência de uma teoria científica e sistêmica, o realismo, no campo da Política Internacional. Por fim, nas considerações finais realizamos um balanço das consequências deste desenvolvimento científico e teórico para a disciplina de Relações Internacionais.

1 O realismo maquiavélico e a política internacional

O contexto histórico na península itálica durante o século XV e XVI apresentava o poder político centralizado em pequenos principados, dirigidos despoticamente por casas reinantes sem tradição dinástica ou de direitos contestáveis, como é o caso dos Médicis em Florença. Todo seu território caracterizava-se por bolsões de poder sem legitimidade, estando numa situação permanente de crise e instabilidade, sendo frequentemente ocupada por forças estrangeiras, como a de França e Espanha, ou tendo principados conquistados por *condottieres*³.

Neste cenário, apenas o cálculo político, a astúcia e a ação rápida e fulminante contra os adversários são capazes de manter o governante. Imobilizar a oposição interna, estabelecer alianças com polos de poder estrangeiros e tornar os súditos submissos pelo medo para evitar a subversão era o receituário mais eficiente à administração de um principado da época (MARTINS, 1996).

A conquista do poder ocorria basicamente pela força e por ela o poder era deslocado deste para aquele senhor. Nada legitimava o soberano, a não ser sua energia criadora. A ausência de Estado central e a extrema multipolarização do poder criam um vácuo, que os mais fortes tem a capacidade para ocupar.

Em contrapartida, na Europa Ocidental alguns reis já tinham centralizado o poder na forma de monarquias absolutistas. Isto levava os principados italianos a solicitarem o auxílio deles para solucionar suas disputas internas, tornando a península itálica palco de frequentes pugnas estrangeiras pela posse de vários de seus territórios.

Maquiavel produziu sua obra “O Príncipe” neste momento histórico caracterizado pela existência de poder político centralizado em torno de pequenos principados na península itálica, os quais, na maioria das vezes, configuravam-se como bolsões de poder de legitimidade política incipiente. Conseqüentemente, a dissolução das casas reinantes por forças estrangeiras era a regra, legando à região um quadro permanente de crise e instabilidade (OLIVEIRA, 2001).

Para reverter esta situação de caos sistêmico, Maquiavel, depois de observar inúmeras experiências emergentes na Europa na condição de representante diplomático de Florença,

³ Os *condottieres* eram especialistas na técnica militar e, segundo Maquiavel, filhos da *fortuna*, que vendiam seus serviços de segurança e conquista ao príncipe que melhor pagasse. Os exércitos dos principados italianos eram formados, em boa medida, por *condottieres*.

asseverou à necessidade da existência de um “Príncipe” com “Virtú”, com ampla capacidade do exercício da razão (racionalidade), para o estabelecimento de objetivos comuns. Um Príncipe que considerasse a Política como prática humana concreta, realista, focado no desenvolvimento de cálculo para ação política militar que combinado à astúcia e a força, no momento correto, agraciado pela “Fortuna”, fosse capaz de desencadear uma ação rápida, fulminante e pelo uso da força, contra os adversários estrangeiros, estabelecesse um Estado moderno, laico, livre de especulações filosóficas, apartado das ideias tradicionais de virtude e moralidade. Um Estado moderno baseado nos preceitos realistas da Política.

Enfim, segundo Maquiavel, o fim último da ação política realista nos tempos modernos é fundar e manter um Estado/governo, ainda que despótico, na perspectiva da sua secularização direcionada à garantia de segurança própria e da maioria das pessoas que aceitarem a sua legítima autoridade. Ou seja, o fim último da ação política realista é o estabelecimento de um pólo de poder, de uma ordem estável em um mundo de contingências, capaz de manter-se sólida enquanto tal, garantindo em seu âmbito proteção contra os poderosos e estrangeiros. Para tanto (estabelecer e manter Estados), exclusivamente para este fim, é que o Príncipe, o representante do novo Estado emergente pode utilizar qualquer meio (a guerra, a diplomacia, a disciplina, a força, a tirania, a simulação e dissimulação⁴, etc). É importante destacar que sua ação política será julgada especificamente pelas suas circunstâncias e pelos seus resultados concretos, pela realidade, marcada pelo ser e inteiramente apartada do dever ser, de valores éticos e morais ideacionais.

Segundo Bacon (s/a), Maquiavel foi capaz de "dizer abertamente, e sem hipocrisia, o que os homens têm o hábito de fazer, e não o que deveriam fazer" na esfera da Política. Bacon (s/a) comemora o realismo político de Maquiavel agradecendo à Deus: “Obrigado Deus por Maquiavel e este tipo de autor, que não nos diz o que o homem deveria ser mas o que ele de fato é”. Desta forma, Bacon (s/a) também é considerado um dos precursores filosóficos do realismo, auxiliando na disseminação do ceticismo e do livre pensamento como bases de reflexão da Política.

⁴ Segundo Bacon (s/a), há três vantagens e desvantagens da simulação e da dissimulação. As vantagens são "Primeiramente, fingir uma oposição adormecida, e surpreender. Pois se as intenções de um homem são anunciadas, segue-se um toque de alarme para reunir todos os que a elas se opõem. A segunda é resguardar para a própria pessoa um refúgio satisfatório. Pois se um homem se compromete com alguma declaração, ou bem ele avança ou cai. A terceira é descobrir o que se passa na mente do outro". Já as desvantagens são "A primeira, que a simulação e a dissimulação costumam ter um aspecto de receio, que costuma estragar o encaminhamento de qualquer negócio. A segunda, que ambas confundem e desorientam a disposição de muitos, que talvez se dispusessem a cooperar. A terceira desvantagem, e a maior de todas, é que elas privam o homem de um dos principais instrumentos de ação, isto é, confiança e credibilidade".

Nesta mesma direção, é importante destacar a contribuição de Spinoza ao realismo político. Ele reafirmou a precedência da filosofia realista sobre as demais ao asseverar que os estadistas práticos, como sugeriu Maquiavel, contribuíram mais à compreensão da Política do que os teóricos e/ou teólogos. Simplesmente porque "eles [os estadistas práticos] se dedicaram à escola da experiência, e nunca ensinaram nada que não se ligasse a nossas necessidades práticas" (Spinoza, s/a). Spinoza contribuiu ainda para sedimentar o determinismo subjacente à lógica do realismo político, bem como estabelecer que a Ética, definitivamente, é o estudo da realidade. Isto porque, segundo ele, "todo homem faz o que faz de acordo com as leis de sua natureza e com o mais alto direito da natureza" (Spinoza, s/a).

Dessa maneira, ao afirmar que a figura do Príncipe com a missão de conquistar, fundar e manter o poder político com legitimidade e exercício pleno da sua soberania frente a um mundo de contingência e desordem, utilizando, para tanto, a força (exército próprio, obediente e dedicado), Maquiavel desenhou novas estruturas políticas que futuramente se tornariam indispensáveis na busca de proteção aos mais fracos e liberalidade aos mais fortes para que alcancem os seus objetivos compartilhados, desde que estejam alinhados à manutenção da nova comunidade política.

A base estrutural do Estado como instrumento político de dominação na era da modernidade estava estabelecida. A captura deste instrumento pela classe burguesa durante as revoluções burguesas no mundo ocidental e seu atributo da nacionalidade será o segundo momento para a afirmação do Estado moderno como entidade básica das relações internacionais, essencial para os primeiros modelos teóricos da disciplina de Relações Internacionais criados no início do século XX, como veremos adiante.

Em suma, Maquiavel apresentou os argumentos básicos para a secularização do Estado enquanto poder político centralizado, garantido pela força de um exército próprio, bem treinado, disciplinado e preparado, que possui o monopólio legítimo da violência, segundo Weber⁵, para conduzir a nova entidade política com segurança no âmbito doméstico e internacional à posteridade como um instrumento de ordenação comunitária em busca do bem comum daqueles que admitem a sua legitimidade. Desde então, paulatinamente, o mundo passou a ser testemunha de uma multiplicação de Estados com força própria para proteger seus componentes contra as ameaças domésticas e externas, principalmente de outros Estados

⁵ Weber (1982) é outro autor adepto do realismo político da tradição maquiavélica. Segundo ele, "Não as ideias, mas os interesses (materiais e ideais) é que dominam diretamente a ação dos homens. O mais das vezes, as 'imagens de mundo' criadas pelas 'ideias' determinaram, feito manobristas de linha de trem, os trilhos nos quais a ação se vê empurrada pela dinâmica dos interesses".

com organização política parecida. O internacional passou a ser interpretado na literatura da Política como o espaço do exercício irrestrito do poder sem amarras.

Hobbes apurou a reflexão maquiavélica contribuindo no esclarecimento de conceitos como “Estado de natureza” e “Soberania”. A combinação da reflexão de ambos formatou a lógica da Política na forma de Estado na era da modernidade com implicações seculares para o entendimento da dimensão internacional.

Nesta perspectiva, o “Estado de natureza” é caracterizado pela inexistência de entidades políticas mediadoras de conflitos entre os seres humanos em um determinado espaço comum. É o quadro histórico de contingência maquiavélica. Mas, para Hobbes, como o homem é considerado mau por natureza, a tendência seria de destruírem-se uns aos outros na busca da garantia de condições básicas (os bens materiais) para as suas respectivas sobrevivências. O problema é que elas são finitas, enquanto a demanda é crescente. Neste cenário, tende a prevalecer à força, a capacidade do mais forte.

Esta previsão racional hipotética elaborada por Hobbes gera esta suposta realidade e comprova a necessidade da força como base da sobrevivência humana. A profecia do “homem lobo do homem” se autocumpre. O resultado do cálculo traduz-se na iniciativa agressiva que se impõe na medida em que apenas uma intervenção abrupta e violenta rompe o circuito ameaçador. A razão humana determina uma ação imediata. E a única ação compatível aos desígnios da autoconservação é a agressão capaz de cessar a ameaça que provenha do outro que tenderá a ter iniciativa semelhante. A guerra e a brutalidade são realidades inevitáveis à condição humana.

A ausência de segurança neste mundo de brutalidade, segundo Hobbes, é que conduziu os homens a aceitarem a celebração de pactos sociais garantidos pela espada, ou seja, monarquias absolutistas da época, em troca de paz, de mediadores “neutros” para as disputas entre particulares no âmbito de uma determinada comunidade política. O exercício da violência no âmbito doméstico da comunidade política depois do pacto social caberá ao Estado, o qual passará a aplicar as regras de convívio social de maneira neutra. Todos passam o seu *status* de ampla liberdade, igualdade e capacidade do uso da violência no “Estado de natureza” para as mãos do Estado, que deve ser então amplamente legitimado por todos. Assim, o Estado garantirá as condições mínimas de segurança e sobrevivência.

Para tanto, o Estado necessita possuir ampla soberania. Segundo Hobbes, o conceito de soberania requer que o Estado legitimado pelo pacto social tenha diversos atributos concomitantes. Entre eles, cabe destacar: a capacidade de representar a todos os indivíduos

sem exceção; o dever de punir aqueles que rompem com as regras da nova sociedade; o dever de manter a ordem; o papel de ser juiz e prescrever as regras; o papel de garantidor das leis civis; a função de estabelecer os auxiliares do governo; o estabelecimento da justa medida de recompensas; o direito de cobrar impostos; o dever de cunhar moeda; e o direito de declarar a guerra e celebrar a paz.

Dessa maneira, com regras minimamente claras e o Estado monárquico como mediador das relações sociais, econômicas e políticas na sociedade da época, o “Estado de natureza” desapareceria e estaria circunscrito à esfera internacional.

Bodin (1993) complementa Hobbes ao auxiliar no plano teórico a separar a ética da Política, divisão já realizada na prática por Maquiavel, como vimos. Além disso, propõe as chamadas fórmulas de soberania qualitativa e quantitativa, aperfeiçoando assim o conceito de soberania⁶. Segundo ele

[...] o primeiro aspecto é o da soberania como susceptibilidade, como *aptidão* para se afirmar como poder supremo e independente, como *raiz*, como *fundamento*, como *essência* ou *conteúdo essencial* (“*Wesengehalt*”) [...]. Surge-nos aí um conceito *qualitativo* de soberania – qualitativo porque, repetimos, exprime uma mera *susceptibilidade* e é alheia a qualquer quantificação. [...] O outro aspecto é o da soberania como soma de *poderes soberanos*, isto é, como medida, como *quantum* de todas as faculdades em que se traduz o poder supremo e independente. Por aqui chegamos ao conceito quantitativo de soberania (BODIN, 1993).

A combinação de soberania qualitativa e quantitativa lega à humanidade o conceito perfeito à consolidação do realismo político como filosofia prática do Estado moderno a partir dos Tratados de *Westfália*. Para Bodin (1993), o soberano delega apenas o exercício da soberania, mas não sua titularidade.

Dessa maneira, podemos afirmar que a lógica realista de refletir a Política fundada por Maquiavel foi adensada ao longo do século por uma série de autores, como pudemos perceber acima, os quais chamamos aqui de “realistas”. Entretanto, a marca essencial desse modelo de reflexão tem na contingência, em quadros históricos caracterizados permanentemente pela possibilidade de mudança, seu principal aspecto. O congelamento de uma determinada

⁶ Nesta direção, Bodin contribui ainda afirmando que “A soberania é o poder absoluto e perpétuo de uma República. Absoluto: incondicionado, livre de contingências políticas postas pelos homens. Seus limites são as leis divina e natural. Portanto, o poder absoluto requer a inexistência de qualquer outra autoridade na atribuição de elaboração das leis e garantias *de que elas serão cumpridas*. Perpétuo: significa que a soberania não é transitória, não se encontra na ordem temporal. Proclama o princípio da continuidade da República. ‘Le roi ne meure jamais en France’”. Por fim, Bodin, sempre em consonância com Maquiavel e Hobbes, apresentou ainda as características centrais da soberania: a) O poder de dar a lei a todos em geral e a cada um em particular; b) O poder de declarar a guerra e realizar a paz; e c) Somente o soberano pode abrir a mão da lei que ele instituiu.

realidade e o vivenciá-la dessa maneira alienada está presente, em parte, na perspectiva de Hobbes. Fora ele, na maioria dos outros autores, a expressão realista, o ser realista na análise da Política está exatamente ligada a ideia da possibilidade concreta e iminente da constante mudança. A reflexão realista no campo da Política procura ver o mundo como ele é em tempo real e agir nele da melhor maneira possível, visando maximizar o melhor mundo para a maior quantidade de seres humanos. Os dogmas religiosos estáticos é a força ideológica a ser contestada.

2. A influência de Maquiavel (e os Realistas) para a construção da Teoria Realista da Política Internacional

Carr (2001) e Morgenthau (2003) são dois dos autores no século XX que auxiliaram na construção da teoria realista da política internacional declaradamente, a partir das reflexões de Maquiavel e demais realistas.

Carr (2001) é considerado precursor do modelo teórico realista na área de Relações Internacionais. Este reconhecimento deriva da publicação do seu livro *Vinte Anos de Crise – 1919-1939*. Neste estudo, Carr (2001) analisa este período conturbado da política internacional, a partir de duas perspectivas: 1ª) o nascimento da ciência da política internacional na primeira metade do século XX foi resultado de demandas populares, de motivação social para a explicação da guerra e dos meios para evitá-la; e 2ª) a experiência humana na Política (análise e ação) tem características históricas cíclicas e, a cada ciclo, é orientada pelo embate perene entre duas tradições filosóficas: a Utópica e a Realista.

No tocante a primeira perspectiva, Carr (2001, p. 53-54) afirma que:

O aspecto teleológico da ciência da política internacional tem estado evidente desde o princípio. Surgiu de uma grande e desastrosa guerra; e o objetivo mestre que inspirou os pioneiros da nova ciência foi o de evitar a recidiva desta doença do corpo político internacional. O desejo passional de evitar a guerra determinou todo o curso e direção iniciais do estudo. Como outras ciências na infância, a ciência da política internacional tem sido marcadamente e francamente utópica. Ela se encontra no estágio inicial, no qual o desejo prevalece sobre o pensamento, a generalização sobre a observação, e poucas tentativas são efetuadas de uma análise crítica dos fatos existentes e dos meios disponíveis. Neste estágio, a atenção está concentrada quase que exclusivamente no fim a ser alcançado. O fim tem parecido tão importante, que a análise crítica dos meios propostos tem sido frequentemente classificada de destrutiva e inútil.

A prova cabal dessa assertiva foi o fracasso da Utopia em dar soluções práticas aos problemas da Primeira Guerra, inaugurando os “vinte anos de crise” que desaguaram na

Segunda Guerra Mundial em 1939. Este fracasso ocorreu porque naquele momento histórico a afinidade eletiva existente entre as teses utópicas e o desenvolvimento material conjuntural na Europa, que permitia a sustentação da ideologia da harmonia de interesses no plano internacional alimentada pela Grã-Bretanha em benefício próprio, ruiu. Estrutural e sistemicamente tratava-se do fim da era vitoriana. A tese da harmonia de interesses perdia a sua eficiência na defesa dos interesses britânicos. A tentativa de mantê-la ideologicamente, sem bases materiais sólidas foi o fermento adequado para os “vinte anos de crise”. “A razão pode criar a utopia, mas não pode torná-la real” (CARR, 2001, p. 81).

As “rachaduras” no “edifício utópico” de interpretação e solução dos problemas da política internacional estavam evidenciadas. “O desmascaramento, pela crítica realista, da fragilidade do edifício utópico” (CARR, 2001, p. 159) estava realizado. Tratava-se, a partir de então, fazer erigir uma estrutura interpretativa mais sólida para tomar o lugar da Utopia na interpretação do internacional.

Nessa direção, faz-se necessário construir a perspectiva Realista por meio de uma aguda crítica ilustrada em contraposição à Utópica. A operacionalização dessa empreitada, segundo Carr (2001), passa pelo reconhecimento de que os princípios utópicos

[...] supostamente universais e absolutos, não eram, de forma alguma, princípios, e sim reflexos inconscientes da política nacional [Grã-Bretanha e Estados Unidos, principalmente], baseados numa específica interpretação do interesse nacional numa época específica. [...] A falência da visão utópica reside não em seu fracasso em viver segundo seus princípios, mas no desmascaramento de sua inabilidade em criar qualquer padrão absoluto e desinteressado para a condução dos problemas internacionais. O utópico, em face do colapso dos padrões cujo caráter interesseiro ele não compreendeu, se refugia na condenação de uma realidade que se recusa a adaptar-se àqueles padrões (CARR, 2001, p. 156-157).

Enfim,

A profunda falha do tipo de pensamento ocidental, do direito natural, foi que, quando aplicado à vida real dos Estados, permaneceu letra morta, não penetrou na consciência dos estadistas, não impediu a atual hipertrofia do interesse estatal, e, portanto, levou ou a queixas sem objetivo e suposições doutrinárias, ou ainda à falsidade e hipocrisia interiores (CARR, 2001, p. 156-157).

Como afirmamos acima, o período de prevalência da Utopia havia acabado. Para Carr (2001, p. 50),

É somente quando esses projetos se desmoronam, e desejo e objetivo mostram-se incapazes de, por si sós, atingirem o fim desejado, que os pesquisadores relutantemente pedirão auxílio à análise, e o estudo, emergindo de seu período infantil e utópico, estabelecerá seu direito de ser visto como ciência.

Logo, uma explicação coerente dos “vinte anos de crise” e de como evitar novos períodos conturbados na política internacional demandava a construção do “edifício” Realista. Para legar à sociedade um instrumento analítico em bases científicas sólidas da dinâmica internacional, evitando a ilusão utópica de ser um instrumento teórico “perfeito”, mas sem eficiência prática.

O pressuposto para a construção do “edifício” Realista é reconhecer que

as teorias intelectuais e os padrões éticos dos utópicos, longe de serem a expressão de princípios absolutos e apriorísticos, são historicamente condicionados, sendo tanto frutos dos interesses e circunstâncias, como armas forjadas para a defesa de interesses.

A aceitação desse pressuposto conduz o analista internacional a buscar na história os pensadores clássicos que estudaram a Política levando em consideração interesses e circunstâncias. Na modernidade, como vimos acima, o primeiro autor a refletir sobre a Política dessa maneira, segundo Carr (2001), foi Maquiavel. É nele, portanto, que Carr buscou os três princípios essenciais para a construção do “edifício” Realista. O primeiro deles é o reconhecimento de que

a história é uma sequência de causa e efeito, cujo curso se pode analisar e entender através do esforço intelectual, porém não dirigida pela ‘imaginação’. Em segundo lugar, a teoria não cria a prática, mas sim a prática é quem cria a teoria. Nas palavras de Maquiavel, ‘bons conselhos, venham de onde vierem, nascem da sabedoria do príncipe, e não a sabedoria do príncipe dos bons conselhos’. Em terceiro lugar, a política não é uma função da ética, mas sim a ética o é da política. Os homens ‘mantém-se honestos pela coação’. Maquiavel reconheceu a importância da moral, mas pensava que não poderia existir nenhuma moral efetiva onde não houvesse uma autoridade efetiva. A moral é produto do poder (CARR, 2001, p. 127-128).

Para Carr (2001), observar o mundo emergente entre 1919 e 1939 significava, respeitando os princípios filosóficos da perspectiva Realista, admitir que a política internacional caracterizava-se como uma fase de interação de Estados modernos que tinham a nacionalidade como base fundamental de toda ação internacional. Seu interesse nacional racional fundamental e egoísta é a sua segurança diante de um sistema internacional anárquico caracterizado pela lógica da anarquia, a qual é caracterizada pela ausência de um poder internacional soberano, tal como a existência racional dedutiva do “Estado de natureza” hobbesiano. O equilíbrio do poder entre as grandes potências passou a ser o fim último no sistema internacional que, por si só, é um espaço caracterizado pelo conflito internacional. O

espaço para a cooperação estaria reduzido às discussões utópicas de boas almas no mundo pós-1939.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial simultaneamente ao lançamento do livro de Carr garantiu-lhe ampla legitimidade às suas análises baseadas na perspectiva realista da observação empírica da Política. Diferentemente disto, como veremos adiante, Morgenthau se utilizou da leitura realista da Política de Maquiavel recuperada por Carr para estabelecer a teoria realista compreendida exclusivamente na lógica da política internacional. Um erro, uma “tentação”.

Carr alertou no seu livro que essas “tentações” são inerentes à reflexão humana. Nesse sentido, seria necessário realizar constantemente a “crítica da crítica”. Até porque autores realistas também acabam realizando julgamentos de valor e prescrições morais em seus escritos. É por esse motivo que ele afirma que o verdadeiro realista não pode

[acomodar-se] no realismo puro. O realismo, embora preponderante em termos lógicos, não nos dá as fontes de ação que são necessárias até mesmo para o prosseguimento do pensamento. Com efeito, o próprio realismo, se o atacarmos com suas próprias armas, frequentemente se revela, na prática, como tão condicionado quanto qualquer outra forma de pensamento. Na política, a crença de que certos fatos sejam inalteráveis, ou certas tendências irresistíveis, normalmente reflete uma falta de desejo, ou de interesse, em mudá-los ou resistir a eles. A impossibilidade de se ser um realista consistente e completo é uma das mais corretas e curiosas lições da ciência política (CARR, 2001, p. 127-128).

Como veremos adiante, Morgenthau (2003) caiu nessa armadilha. Para evitar essa situação, Carr (2001, p. 164) sugere que:

[...] qualquer pensamento político lúcido deve basear-se em elementos tanto de utopia, quanto de realidade. Onde o pensamento utópico tornou-se uma impostura vazia e intolerável, que serve simplesmente como um disfarce para os interesses dos privilegiados, o realista desempenha um serviço indispensável ao desmascará-lo. Mas o puro realismo não pode oferecer nada além de uma luta nua pelo poder, que torna qualquer tipo de sociedade internacional impossível. Tendo demolido a utopia atual com as armas do realismo, ainda necessitamos construir uma nova utopia para nós mesmos, que um dia haverá de sucumbir diante das mesmas armas.

Até porque, conforme a segunda perspectiva de Carr,

A política é composta de dois elementos utopia e realidade – pertencentes a dois planos diferentes que jamais se encontram. Não há barreira maior ao pensamento político claro do que o fracasso em distinguir entre ideais, que são utopia, e instituições, que são realidade. [...] O ideal, uma vez incorporado numa instituição, deixa de ser um ideal e torna-se a expressão de um interesse egoísta, que deve ser destruído em nome de um novo ideal. Esta constante interação de forças

irreconciliáveis é a substância da política. Toda situação política contém elementos mutuamente incompatíveis de utopia e realidade, de moral e poder (CARR, 2001, p. 165).

O realismo político “carriano” conclui seu raciocínio chamando a atenção para a necessidade do equilíbrio entre utopia e realismo para a realização de uma boa análise da política internacional. Nas palavras de Carr:

O utópico, fixando seus olhos no futuro, pensa em termos de criatividade espontânea; o realista, enraizado no passado, pensa em termos de causalidade. Toda ação humana sadia, e portanto todo pensamento sadio, deve estabelecer um equilíbrio entre utopia e realidade, entre livre arbítrio e determinismo. O realista completo, aceitando incondicionalmente a sequência dos acontecimentos, se priva da possibilidade de modificar a realidade. O utópico completo, rejeitando a sequência causal, se priva da possibilidade de entender a realidade que está tentando transformar, ou os processos pelos quais ela poderia ser transformada. O vício característico do utópico é a ingenuidade; o do realista, a esterilidade (CARR, 2001, p. 59-60).

A lição “carriana” é a de que a explicação adequada, científica da realidade internacional não está exclusivamente nem na Utopia, nem no Realismo, mas sim na combinação e complementação de ambas as perspectivas conforme as suas respectivas predominâncias na lógica cíclica da história. Carr é um realista político, adepto de uma tradição filosófica construída por autores como Maquiavel, Hobbes, Bodin, Spinoza, Bacon, Hegel, Marx e Weber, dentre outros, como procuramos apresentar alguns deles na seção 1. Todos eles refletiram sobre “[...] um mundo constituído por unidades políticas atuando de forma autônoma, capazes de desenvolverem políticas conflitantes onde a sanção final dependeria somente do poder de cada unidade” (SATO, 2001, *apud* CARR, 2001, p. 33). Mas, Carr é claro na afirmação do cuidado que se deve ter com a esterilidade do realista e a imaginação do utópico. A *virtú* em prática e a *fortuna* em destino, segundo Maquiavel.

A evolução e a consolidação da escola realista na análise da política internacional ocorreram por meio da obra de Morgenthau (2003), *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*, a qual foi publicada pela primeira vez em 1948. Este livro consolidou o realismo como teoria preponderante da política internacional tanto como instrumento de análise, quanto de formulação de política externa. Morgenthau (2003) alcançou *status* acadêmico, científico e prático-operacional ao propor os seis princípios básicos atemporais da teoria realista da política internacional.

É exatamente aqui que ele se difere da tradição clássica realista da Política e, apesar de basear-se nela, traça novos caminhos para o avanço da disciplina de Relações Internacionais baseado na experiência da revolução científica ocorrida em outras áreas das Ciências Sociais, especificamente da Sociologia alemã de Max Weber. Morgenthau passa então a encapsular a força da reflexão clássica à serviço da consolidação teórica da disciplina. Inicia-se aqui um apartamento entre a essência de Maquiavel e dos realistas da Política, de um modo geral, na análise do internacional, rumo a uma consolidação teórica paradigmática que engessa a riqueza do livre refletir sobre a Política e a esfera internacional presente nos clássicos.

A construção dos seis princípios realistas na política internacional é o *turn point* nessa afirmação metodológica. Nesta direção, o primeiro princípio afirma que

O realismo político acredita que a política, como aliás a sociedade em geral, é governada por leis objetivas que deitam suas raízes na natureza humana. Para estar em condições de melhorar a sociedade, é necessário entender previamente as leis pelas quais a sociedade se governa. Uma vez que a operação dessas leis independe, absolutamente, de nossas preferências, quaisquer homens que tentem desafiá-las terão de incorrer no risco de fracasso (MORGENTHAU, 2003, p. 46-47).

Neste primeiro princípio Morgenthau estabelece dois pontos centrais da teoria realista da política internacional: o caráter empírico, imutável, objetivo e racional do realismo político ao longo da história vinculado à pressuposição pessimista sobre a “natureza humana”, a partir da qual os homens estabelecem seus interesses. Ou seja, a primeira operação direcionada ao congelamento da realidade em conformidade com a opção teórica adotada.

O segundo princípio assevera que:

A principal sinalização que ajuda o realismo político a situar-se em meio à paisagem da política internacional é o conceito de interesse definido em termos de poder. Esse conceito fornece-nos um elo entre a razão que busca compreender a política internacional e os fatos a serem compreendidos. Ele situa a política como uma esfera autônoma de ação e de entendimento, separada das demais esferas, tais como economia (entendida em termos de interesse definido como riqueza), ética, estética ou religião (MORGENTHAU, 2003, p. 46-47).

O segundo princípio estabelece como objetivo primordial do Estado torná-lo um interesse perene da sociedade, contribuindo para secularizá-lo, fazê-lo indispensável. Possibilita ainda determinar suas prioridades e comportamentos por toda a história na busca da manutenção deste objetivo. Além disso, tece argumentos que defendem o afastamento da discussão pública sobre a política externa do Estado. Em miúdos, reafirma clássicas máximas maquiavélicas. Segundo Morgenthau (2003, p. 49):

O conceito de interesse definido como poder impõe ao observador uma disciplina intelectual e introduz uma ordem racional no campo da política. [...], contribui com a disciplina racional em ação e cria essa assombrosa continuidade em matéria de política externa, que faz com que a política exterior americana, britânica ou russa se nos apresente como algo sujeito a uma evolução contínua, inteligível e racional, em geral coerente consigo própria, a despeito das distintas motivações e preferências e das qualidades morais dos políticos que se sucederam.

Já o terceiro princípio estabelece que

O realismo parte do princípio de que seu conceito chave de interesse definido como poder constitui uma categoria objetiva que é universalmente válida, mas não outorga a esse conceito um significado fixo e permanente. A noção de interesse faz parte realmente da essência da política, motivo por que não se vê afetada pelas circunstâncias de tempo e lugar (MORGENTHAU, 2003, p. 58-59).

Em miúdos, os interesses mudam de acordo com as circunstâncias (contextos político e cultural), mas a essência, que é a busca pelo poder, não muda. Engessamento novamente.

O quarto princípio e o quinto princípio se inter-relacionam:

O realismo sustenta que os princípios morais universais não podem ser aplicados às ações dos Estados x universal abstrata, mas que devem ser filtrados por meio das circunstâncias concretas de tempo e lugar (MORGENTHAU, 2003, p. 62).

O realismo político recusa-se a identificar as aspirações morais de uma determinada nação com as leis morais que governam o universo (MORGENTHAU, 2003, p. 62).

Segundo ambos os princípios, é um erro acreditar que as aspirações morais de uma nação possam governar o mundo, mas também é um erro ainda maior desconsiderar os princípios morais universais no jogo das nações. O mais importante seria conduzir a ação externa de cada Estado com base na objetividade e racionalidade constante, permitindo a cada Estado o mesmo direito no sistema internacional. Morgenthau está clamando pelo que Carr chama de realismo estéril.

Por fim, o sexto princípio sustenta que

O realista político não ignora a existência nem a relevância de padrões de pensamento que não sejam os ditados pela política. Na qualidade de realista político, contudo, ele tem de subordinar esses padrões aos de caráter político e ele se afasta das outras escolas de pensamento quando estas impõem à esfera política quaisquer padrões de pensamento apropriados a outras esferas (MORGENTHAU, 2003, p. 68).

Ou seja, a esfera política é autônoma e independente *vis-à-vis* todas as outras, porque possui mais profundidade que justifica sua primazia na apreensão da realidade internacional. Este argumento facilitará a imposição do modelo teórico realista na análise do internacional

na perspectiva exclusiva da Política, dificultando a discussão científica na área a partir de outras “ciências”, tais como o Direito, a Economia, a História, a Sociologia, etc. Encapsulando ainda mais a “ciência” emergente.

Depois de estabelecer os princípios do realismo político, Morgenthau (2003) dedica-se a apresentar explicações e justificativas “especiais” para sustentar a necessária preeminência da teoria realista da política internacional por ele elaborada a partir de assuntos práticos. Nessa direção, ele estabelecerá os conceitos centrais da nova teoria. Entre eles, cabe ressaltar: as formas de ação da política de poder (política de defesa e manutenção do *status quo*, política de imperialismo, e política de prestígio); os elementos e a pirâmide do poder nacional (geografia, recursos naturais, capacidade industrial, grau de preparação militar, liderança, população, índole nacional, moral nacional – opinião pública, qualidade da diplomacia e a qualidade do governo, que precisa saber equilibrar recursos e política, selecionando objetivos e métodos); as diversas formas de equilíbrio de poder e suas respectivas ordens internacionais (unilateralismo, multilateralismo, bilateralismo, etc.); o papel da moralidade internacional, da opinião pública mundial e do direito internacional na limitação do poder. É importante destacar que a escolha dos conceitos a serem elaborados a partir de práticas determinadas relacionadas aos interesses das grandes potências de plantão indica claramente o distanciamento da teoria realista das relações internacionais da perspectiva realista de Maquiavel e outros autores clássicos.

Infelizmente, no espaço dedicado a este artigo não temos condições de analisar cada uma dessas explicações e justificativas “especiais” que sustentariam a teoria realista da política internacional segundo Morgenthau (2003). Cabe-nos agora demonstrar tão somente que a interpretação “morgenthaliana” do realismo político desde os autores clássicos (Maquiavel e os realistas), passando por Carr e tantos outros na era das nacionalidades, aplicada a análise da política internacional legou um modelo teórico realista das Relações Internacionais.

A base dele é o reconhecimento do Estado soberano como única unidade, único ator relevante nas relações internacionais dotado de racionalidade e interesses objetivos e universais traduzidos na meta de sobrevivência e fortalecimento do Estado por meio da garantia da sua segurança nacional lastreada no poderio militar. As condições sistêmicas à concretização dessa tarefa são caracterizadas como anárquica. Ou seja, com ausência de um poder superior central que governe as relações internacionais. Neste meio o autointeresse e a autoajuda passam a ser condições elementares da atuação dos Estados na política

internacional. Nenhum Estado pode confiar no outro, tornando a possibilidade de conflito latente no meio internacional. Devido a isto que a ordem no sistema internacional só poderia ser estabelecida por meio de uma balança ou equilíbrio de poder entre as nações como modo de limitação recíproca do poder de cada estado, diminuindo assim as ameaças contínuas (PECEQUILO, 2004). Enfim, a teoria realista da política internacional construída no século XX configurou-se como *mainstream* nas relações internacionais, exatamente na medida exata em que perdeu senso de realidade. Ainda hoje, a teoria realista não foi capaz de recuperar sua capacidade analítica do real tal como preconizada por Maquiavel e outros realistas. Reduzindo-se a repetição anacrônica de conceitos frente a uma nova realidade internacional muito mais complexa e desafiadora neste início do século XXI.

Considerações Finais

Pudemos verificar ao longo deste artigo que os construtores das teorias fundacionais da disciplina de Relações Internacionais se utilizaram das reflexões clássicas sobre a Política para criarem o modelo realista. Ele cumpriu um papel fundamental para a institucionalização da área ao protagonizar o chamado “Primeiro Grande Debate Teórico de Relações Internacionais”. Contudo, é importante destacar que o modelo realista elaborou uma narrativa sobre o internacional que se afirmou sobre todas as outras em virtude da posição de poder dos autores envolvidos. Todos eles escrevendo a partir da perspectiva do mundo anglo-saxão detentor da hegemonia na política internacional.

Nessa direção, os realistas partiram de premissas que consideram o homem mal por natureza, adepto do conflito no convívio social. Premissas recuperadas das reflexões clássicas, mas jamais atualizadas ao contexto histórico do século XXI de decadência da potência hegemônica norte-americana, a partir da qual a área de estudos buscou sua consolidação durante o século XX. Dessa maneira, ao invés da busca pela verdade como ela é, a perspectiva teórica realista da política internacional passou a “compreender” o internacional conforme os interesses materiais dos Estados Unidos. Entre 1945 e 1979, o país promoveu no âmbito global a perspectiva realista na lógica da bipolaridade contra a União Soviética. E, no relacionamento intrabloco capitalista fez prevalecer à visão liberal da política internacional, com a incessante promoção de relações cooperativas. Entre 1989 e 2001, os norte-americanos fizeram prevalecer à narrativa liberal, sem deixar de utilizar a prescrição realista quando fosse necessário.

O uso contínuo ao longo do século XX do realismo por parte dos *policy makers* norte-americanos e tantos outros ao redor do mundo, contribuiu para a afirmação dele como teoria escolhida pelo *mainstream* acadêmico das Relações Internacionais. Esse processo, ao invés de auxiliar no aperfeiçoamento da área, transformou o realismo em teleologia pretensamente científica, reificando-o e retirando dele a eficácia analítica e científica. Logo, o realismo foi se tornando uma forma de conhecimento abstrata, sistemática, universal e a-histórica e foi institucionalizado pela política de poder do Estado norte-americano. A realidade foi construída dessa maneira devido à convergência de três fatores nos Estados Unidos: predisposição intelectual, circunstâncias políticas e oportunidades institucionais. Obviamente que o Estado norte-americano atuou para que essa convergência surtisse o efeito desejado à manutenção da posição hegemônica do país. E vem realizando isto ainda hoje. Aliás, o debate teórico “esquizofrênico” na área de relações internacionais hoje deriva-se exatamente disto: o momento histórico de decadência hegemônica dos Estados Unidos não se adequa ao figurino teórico realista de grande potência capaz de dar sustentação ao sistema internacional. Do ponto de vista teórico, mas também prático, é a ausência do realismo clássico de Maquiavel e outros autores na base da reflexão sobre o internacional.

Como efeito colateral grave, o desenvolvimento da área nos moldes científicos morgenthaulianos encapsulou as reflexões clássicas, contribuindo para uma má compreensão do seu real papel como base ontológica, constituinte da disciplina de Relações Internacionais ao longo da Era Moderna. Exigindo dos atuais pesquisadores uma nova atitude diante das leituras clássicas do internacional, especificamente da recuperação de Maquiavel e outros realistas na sua essência. Nova atitude que recupere a noção de que a realidade internacional é historicamente construída no âmbito das relações sociais, inclusive as teorias. E que a história é contingente, a mudança é sua marca, não a estabilidade.

Referências Bibliográficas

BACON, Francis (s/a.). *The Advancement of Learning and The New Atlantis*. Henry Frowde; Oxford University Press: London, New Yourk and Toronto. VII, capo 2.

BODIN, Jean (1993). "Les six livres de la République". Collection: *Les classiques des sciences sociales*. Bibliothèque Paul-Émile-Boulet de l'Université du Québec à Chicoutimi.

CARR, Edward H (2001). *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Brasília: Universidade de Brasília e Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.

MARTINS, J.L (1996). "Vida e obra". In: *Os Pensadores* (Maquiavel). São Paulo: Nova Cultural.

MORGENTHAU, H. J (2003). *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: UNB, Instituto de Pesquisa e Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de (2001). *Leviatã Ensaios de Teoria Política*. Londrina: Práxis.

PECEQUILO, Cristina Soreanu (2004). *Introdução às Relações Internacionais*. Temas, atores e visões. Petrópolis: Vozes.

SPINOZA, Benedict De (s/a). *A Political Treatise*. I, págs. 2-3. E Introdução.

WEBER, Max. (1982), "A psicologia social das religiões mundiais (Einleitug)", in: *Ensaios de sociologia*, 5. ed., Rio de Janeiro, Guanabara.

Recebido em: Março 2013

Aprovado em: Abril 2013